

# DEMONSTRAÇÃO DE COMPETÊNCIA <sup>(1)</sup>

**Gilmar Gusmão Dadalto <sup>(2)</sup>**

Os indicadores de desempenho da agricultura brasileira dos últimos quinze anos, demonstram alguns exemplos altamente positivos como é o caso do aumento da produção agrícola, em 70%, no mesmo período. Por outro lado, a área plantada no primeiro e último ano desse período foi praticamente a mesma, uma vez que o aumento provocado pela abertura de novas fronteiras agrícolas foi compensado pela redução de outras áreas. O aumento substancial na produtividade das culturas agrícolas nacional, pode ser atribuído, principalmente, à geração e difusão de tecnologias agropecuárias, treinamento, extensão rural e assistência técnica aos produtores rurais.

No Espírito Santo, o avanço tecnológico e o respectivo aumento de produtividade tem contribuído para a sua pujante agricultura, representada pela atual condição de maior produtor de café conilon e de coco anão do País; possuir uma das maiores produtividades de eucalipto do mundo e ser o 2º maior produtor de mamão, sendo o único a exportar essa fruta para os Estados Unidos, que possui elevada exigência quanto à qualidade do produto. O Estado também é referência nacional em agroturismo e em agricultura orgânica gerando novas oportunidades de negócio agrícola.

Estes resultados são frutos do esforço, competência e idealismo dos profissionais, dos produtores rurais e das instituições públicas e privadas. No entanto, esses agentes de desenvolvimento não tem tido o reconhecimento merecido, nem da sociedade urbana, que discrimina e desvaloriza o cidadão e a atividade rural e nem pelos governos, que correlacionam avanço na economia com redução da participação do setor primário no seu PIB, e por isso, destinam uma quantidade irrisória de recursos financeiros para a agricultura. No Estado do Espírito Santo, há mais de dez anos, os gastos com o setor público agrícola não chegam a 2% do orçamento estadual.

A agricultura deve ser tratada como um setor de natureza estratégica, principalmente pela sua responsabilidade na produção de alimentos e elevada capacidade de geração de empregos por unidade de capital aplicado. A obrigatoriedade legal de reservar, no mínimo, 20% da propriedade rural para a conservação dos recursos naturais, especialmente da água, demonstra também a importância estratégica do meio rural na questão ambiental que acaba tendo os seus reflexos na área urbana. É necessário compreender também que uns dos principais problemas atuais, que é a violência urbana, tem sua origem no êxodo rural, uma vez que o trabalhador rural desqualificado para exercer atividade no meio urbano, acaba se marginalizando. Todos esses fatores, demonstram a necessidade de uma reflexão pela sociedade urbana, que se quiser usufruir dos benefícios diretos e indiretos gerados pelo campo deveria pagar por isso, como também de nossos governantes que deveriam valorizar mais esse setor, através de ações concretas que promovessem o desenvolvimento rural. Para tanto, a condição essencial é destinar uma fatia maior para a agricultura no orçamento Estadual.

<sup>(1)</sup> Publicado em *A Gazeta, Vitória/ES, 23/12/2001.*

<sup>(2)</sup> **Eng. Agrônomo do Incaper e Presidente da Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos.**